

# A FUNÇÃO PATERNA NA ESTRUTURAÇÃO PSÍQUICA DO SUJEITO

## PATERNA FUNCTION IN PSYCHIC STRUCTURE OF SUBJECT

DANIELA LORENZI PRANDES FRANÇA<sup>1\*</sup>, ANDRÉ LUÍS SCAPIN<sup>2</sup>

1. Aluna do curso de graduação em Psicologia da UNINGÁ; 2. Psicanalista. Presidente do Parlêre - Espaço de Psicanálise. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor e Supervisor Clínico do curso de Psicologia da UNINGÁ.

\* Rua Pion. Affonso Rosa Lobato, 1228, Jd. Copacabana, Maringá, Paraná, Brasil. CEP: 87023-240. [danielalprandes@hotmail.com](mailto:danielalprandes@hotmail.com)

Recebido em 30/08/2016. Aceito para publicação em 20/10/2016

### RESUMO

Este artigo apresenta um breve estudo sobre a função paterna na estruturação psíquica do sujeito de acordo com a teoria Freud-lacaniana. O método utilizado foi a revisão de literatura, sendo que a opção pelo tema decorre da importância, na direção do tratamento, da compreensão de qual é a estrutura psíquica do sujeito, ou seja, se trata-se de uma neurose, de uma psicose ou perversão. Os objetivos do trabalho foram de entender que as necessidades da criança estão além de seu nível biológico, que ela depende de alguém que a sustente psiquicamente, coloque limites e proibições; compreender como operam as funções materna e paterna, bem como outras operações constituintes e as estruturas psíquicas resultantes deste processo. Dentre as conclusões, salienta-se que na neurose há simbolização da Lei da proibição do incesto e, assim, obediência as demais sanções sociais. Já na Perversão, a criança submete-se à Lei do desejo da mãe e não fica referida à Lei-do-Pai, a renega, recusando-se a aceitar a própria castração. Na estrutura psicótica, a mãe não está referida à Lei-do-Pai e, assim, a criança fica toda submetida ao gozo da mãe. Deste modo, buscará simbolizar o significante que ficou foracluído, por meio dos delírios e alucinações.

**PALAVRAS-CHAVE:** Psicanálise, Função Paterna, Estrutura Psíquica.

### ABSTRACT

This article presents a brief study of the paternal function in the psychic structure of the subject according to the theory Freud - Lacan. The method used was a literature review and the choice of theme arises from the importance, in the direction of treatment, understanding of what the psychic structure of the subject, that is, if it is a neurosis, a psychosis or perversion. The objectives were to understand the child's needs are beyond their biological level, it depends on someone to support it psychically put limits and prohibitions; understand how to operate the maternal and paternal functions as well as other constituent operations and psychic structures resulting from this process. Among the conclusions, it is noted that in neurosis there symbolization of the incest prohibition of law and thus obedience other social sanctions. In the perversion, the child submits to the mother's desire act and is not referred to the Law of the

Father, to deny, refusing to accept his own castration. In psychotic structure, the mother is not referred to the father's law and the child is all subject to the mother's joy. Thus, it seeks to symbolize the signifier that was foreclosed through the delirium and hallucinations.

**KEYWORDS:** Psychoanalysis, patern function, psychic structure.

### 1. INTRODUÇÃO

Em sua primeira tópica do aparelho psíquico, Freud (1996 [1923]) postula que há uma clara divisão em consciente, pré-consciente e inconsciente, sendo esta divisão uma premissa fundamental na psicanálise e que permite a compreensão dos processos patológicos da vida mental. O consciente corresponde à instância dos conteúdos facilmente acessíveis por nós, mas que podem permanecer assim por um período transitório, sendo logo esquecidos. Em outro momento, podem ser trazidos novamente à consciência. Onde estavam quando não permaneceram conscientes? No pré-consciente.

Só temos acesso aos conteúdos inconscientes, conforme afirma Freud (1996 [1915]), por meio da instância do consciente e aparecerão somente após sofrer certa modificação. Ele acresce que os atos psíquicos inconscientes se deparam com uma "censura"; se rejeitados por ela, continuarão inconscientes, se aprovados pela censura, reportar-se-ão ao consciente.

No presente artigo, inicialmente é abordado que na estruturação psíquica, a função materna e outras operações constituintes vão acontecendo, conforme Dor (2011), logo após o nascimento da criança. Nesta primeira etapa de sua vida ela se vê una com sua mãe, como extensão de seu corpo, como completude entre ambas. Há então uma indistinção entre filho e mãe, sendo que o filho é tomado como único objeto que pode satisfazer o desejo<sup>1</sup> da mãe,

<sup>1</sup>O desejo, a rigor, não tem objeto. Na sua essência, o desejo é uma busca constante por algo mais, e não há objeto passível de ser especificado que seja capaz de satisfazê-lo, em outras pala-

e neste momento o pai em sua função é estranho à relação.

Na segunda parte, abordamos a compreensão da importância da função paterna, as estruturas psíquicas, bem como a conclusão desta constituição, que quando bem sucedido insere a criança na cultura, mostrando-lhe o que ela pode ou não, e coloca a mãe enquanto mulher, como proibida. Para a criança, restará posteriormente buscar parceiros sexuais fora do parentesco, além de inscrever nela as sanções sociais, o respeito às leis, etc (NETTO, 2011).

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como ocorre a estruturação psíquica do sujeito e a importância da função paterna neste processo, a partir do referencial teórico da psicanálise Freud-lacanianiana. Para alcançar esse objetivo, recorreu-se aos seguintes objetivos específicos: estudar a função materna e outras operações constituintes; compreender a função paterna e articulá-la às estruturas clínicas neurose, psicose e perversão.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa de levantamento bibliográfico, sendo os dados obtidos através de livros relacionados ao tema, cujos autores se baseiam em uma abordagem psicanalítica, especialmente segundo a perspectiva da psicanálise lacanianiana. Marconi; Lakatos (2003, p. 182) apontam que na pesquisa “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas”.

Em relação à natureza dos dados da pesquisa, a mesma é qualitativa, a qual segundo Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p. 27) “[...] considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

## 3. DESENVOLVIMENTO

### A função materna e outras operações constituintes

Quando se fala em mãe, Checchinato et al (1988) lembram que o termo é utilizado para descrever a função materna, a pessoa que se ocupa dos cuidados com a criança que não necessariamente é a mãe biológica, uma vez que em seu desenvolvimento inicial ela está física e simbolicamente em uma relação de dependência e imediatéz.

Existe uma relação de unicidade entre mãe e bebê, e para tanto, é necessário que a mãe se apresente como incompleta, permeada pela falta, como desejante e que

assim possa demandar tal completude junto ao bebê, assim ocorre o que Lacan denominou de alienação e que permitirá ao pequeno ser, advir como sujeito causado pelo desejo que precedeu ao seu nascimento (FINK, 1998).

A criança esforça-se de forma considerável para preencher toda a falta da mãe, seu espaço total de desejo; a criança deseja ser tudo para ela. As crianças se atribuem a tarefa de escavação do lugar do desejo da mãe, correspondendo a cada capricho e fantasia<sup>2</sup> dela. O desejo da mãe é uma ordem para elas, é a demanda delas (FINK, 1998, p.77).

Lebrun (2011) remete-se à Malvine Zalcberg em seu livro “A relação mãe-filha” ao apontar a utilização do termo “tampão” para se referir ao modo em que a criança é colocada pela sua mãe, como algo que pretende “tapar” sua falta ou que impede que esta possa aparecer, uma vez que já está lá.

O corpo da criança fica assujeitado a esta mãe, subordinado às suas demandas. A cada solicitação dela à criança permite que cada parte seja destacada deste corpo e assim sucessivamente, de forma a inscrever-se marcas, pelo encontro e separação. “O corpo é reescrito, de certa maneira, a fisiologia dá lugar ao significante<sup>3</sup> e todos os nossos prazeres corporais acabam por implicar/envolver uma relação com o Outro” (FINK, 1998, p. 30).

Nesta situação de dependência absoluta em relação a mãe, conforme citado, Jerusalinsky (2014) infere que o bebê antes mesmo de nascer já é nomeado no desejo de sua mãe, ela é quem possui um suposto saber do que convém ao bebê, ela o acolhe e faz nele, no seu corpo orgânico, suas primeiras inscrições psíquicas, que se dá através do cuidado dirigido ao bebê, no qual a mãe julga existir um sujeito que fala por si, ainda que a criança seja mesmo somente um organismo, sujeito em constituição, mas que passará a produzir respostas ao Outro.

“É este Outro encarnado que implica seu desejo, que aposta na capacidade do bebê de efetuar uma nova realização, e o bebê se lança a fazê-la sustentado em tal aposta” (JERUSALINSKY 2009, p. 161).

Bleichmar (1984), esclarece o termo usando por Lacan “Outro” com maiúscula no sentido de lugar do qual advém o código, ou seja, as palavras, a linguagem, pois é por meio dela que as necessidades da criança são identificadas pela mãe na relação primordial com seu filho e são atendidas antes que este ser possa vir a falar ou nomeá-las. Há, contudo, também a utilização de outro com

<sup>2</sup> “Termo utilizado por Sigmund Freud\*, primeiro no sentido corrente que a língua alemã lhe confere (fantasia ou imaginação), depois como um conceito, a partir de 1897” (ROUDINESCO e PLON, 1998, p. 223);

<sup>3</sup> “O significante inscreve algo que é uma ausência, aparece em lugar da coisa, em substituição de uma ausência; não se inscreve, na realidade, um existente...” (BLEICHMAR, 1984, p. 21).

vras, extingui-lo” (FINK, 1998, p. 116).

inicial minúscula, para expressar “outro imaginário”, o semelhante, com a qual posteriormente a criança poderá representar sua unidade corporal por sua identificação à imagem de si feita pelo outro.

Jerusalinsky (2009), destaca que a mãe supondo possuir o saber sobre o bebê, identifica as necessidades dele como, por exemplo, o sentir fome. Ela consegue significar para o bebê, em ato, lhe dando o alimento e expressando a saciedade que irá propiciar ao infante, permitindo que este tenha acesso a representação do que ocorre em seu organismo e detenha também o saber de seu corpo, o que até então desconhecía, e assim o bebê poderá constituir este corpo como seu, através da atribuição de sentido que a mãe lhe faz, para as manifestações corporais que expressa.

Esta loucura das mães é indispensável para que um dia o sujeito da fala se constitua. É preciso que alguém seja capaz desta ilusão antecipadora frente ao bebê: escutá-lo como sujeito, já em sua potencialidade de sujeito de uma fala, bem antes de esta aparecer (LAZNIK, 2004, p.166).

A partir disso, Jerusalinsky (2014) complementa que a constituição do sujeito ocorre em um tempo que não se dá de maneira apenas cronológica e sim ao passo que estas inscrições citadas se realizam e permitem ao bebê responder aos investimentos desta mãe, respondendo aos estímulos por meio de suas produções, comportamentos, que serão singulares a este laço, o que possibilita também, identificar como ele está situando-se psicologicamente.

Pelo modo de responder às demandas do Outro, percebe-se como as inscrições psíquicas primordiais estão sendo instaladas na criança. Conforme exposto acima, frisa-se que a mãe se identifica pelo que padece no corpo da criança, às suas manifestações, e atribui-lhe sentidos e representando-as, pois, o bebê não sabe sobre si, são experiências inéditas, como a necessidade do mamar, por exemplo (JERUSALINSKY, 2014).

Portanto, Jerusalinsky (2014) esclarece que a mãe, através das marcas constituintes, vai representando sensações à criança, (por exemplo, expressando quão boa está a papinha) permitindo que a criança possa através desta simbolização, experimentar do gozo de seu corpo, auto-erótico. Porém, este gozo já contém as marcas do Outro (da mãe), levando a criança ao Outro-erotismo e então, o gozo de seu corpo passará a não mais vir da mãe, pois já está aos poucos percebendo-se, sentindo as sensações por si mesmo e separado dela, sofrendo a desnaturalização de seu organismo, desde que a ordem simbólica inserida pela mãe, regule sua economia.

A separação citada é essencial para que se anule esta unidade fusional entre mãe-criança e nestes intervalos entre alienação e separação se inscrevam as marcas constitucionais à medida que a mãe que inicialmente antecipava as necessidades do bebê, agora, conforme

Fink (1998), se dirige ao pai ou qualquer outro membro da família ou mesmo de forma que seus interesses a desviem de sua atenção total à criança.

Checchinato (2007) ressalta a importância fundamental que se encontra na alternância entre presença e ausência da mãe para a subjetividade da criança e nos lembra do jogo do *fort da*, observado por Freud em visita a seu filho, notando certo prazer no neto quando o carretel que jogava, regressava a ele, interpretando que esses movimentos representavam as saídas e regressos de sua mãe. Somente a ausência da mãe permite que o bebê se perceba como alguém, se constituindo nestes intervalos, o objeto precisa desaparecer para que possa então, emergir como sujeito.

Sobre a importância do Outro, Laznik (2004) discorre o que chama de “olhar fundador”. Por este olhar se entende a atenção e cuidados dispensados ao infante, pois não basta que se considere apenas as necessidades biológicas do pequeno ser e sim que seja sustentado psicologicamente por aqueles que exercem as funções primordiais: funções materna e paterna, supondo no bebê um sujeito, embora este ainda esteja em constituição, falando com ele e por ele, vendo-o de acordo com o que dele se espera, seja um jogador de futebol, um jornalista, cantor, torcedor de um time específico entre outros, ou seja, que se veja nele algo que ainda não existe.

É através da linguagem que a criança ingressa na Cultura, na ordem das trocas simbólicas, rompendo o tipo de relação dual que mantinha com a mãe. Esse momento corresponde também à entrada do pai em cena e conseqüentemente à formação da família: é o momento do Édipo (ROZA, 2009, p.215).

Roza (2009) destaca a utilização de Lacan da metáfora do estágio do espelho a fim de evidenciar a relação entre o corpo do bebê com algo além, que vem do Outro. Neste sentido há a existência de um espelho diante de uma criança, que se inicia entre seis e dezoito meses de idade, na qual ela vê em sua imagem refletida um outro, inicialmente não se reconhece, passado um tempo, volta seu olhar para o adulto para então, através deste obter a confirmação de que a imagem não é de um semelhante e sim dela mesma.

Ainda conforme Roza (2009), o olhar do Outro lhe assegura de sua existência, de sua totalidade e unicidade, com contornos e não mais como pedaços como anteriormente quando era investida libidinalmente como objeto por sua mãe, quando esta lhe proporcionava as inscrições psíquicas ou marcas constituintes.

O que caracteriza esse modo dual de relação é, acima de tudo, a indistinção entre o si e o outro, e, se alguma individualidade surge nesse momento, ela é muito mais uma demarcação do próprio corpo do que uma individualidade em termos de sujeito. Esse corpo, é bom que nos lembremos,

também não é um corpo biológico, natural, suporte do desejo, mas, ao contrário, um corpo imaginário, formado pelas inscrições maternas. Ser o desejo do desejo do outro é o que caracteriza a criança nesse início de vida. (ROZA, 2009, p. 215)

O estágio do espelho de Lacan, conforme Roza (2009) é usado como metáfora ao olhar do Outro, não necessariamente existe a experiência concreta diante do espelho. Os pais estando em posição adequada na estrutura simbólica em relação a criança, supõem algo a mais nela além de puro organismo, é este olhar do Outro sobre a criança que permitirá que ela possa se constituir no reflexo do espelho que em princípio é só uma imagem, mas ao voltar-se ao olhar de seus pais, percebe e recebe a imagem dela como um outro, um ser separado, demarcando assim a totalidade e unidade de seu corpo.

### Função paterna

O pai, num primeiro momento é denominado pai real, fica fora da relação mãe-bebê, e ainda não pode cumprir sua futura função simbólica de separação da mãe com seu filho, pois o falo<sup>4</sup> é imaginariamente identificado à criança, é o momento em que ela ainda é extremamente dependente dos cuidados da mãe. Aos poucos o pai irá aparecer como um terceiro, a quem a mãe começa a se dirigir e fazer com que o filho, passe do “ser” o falo da mãe ao querer “ter” o falo para onde ela se dirige (DOR, 2011).

A função paterna na psicanálise, afirma Dor (2011) é tomada no campo conceitual como um operador simbólico e a-histórico, não sendo assim um pai em si, embora também o possa ser, o que não garante que este possa legitimar o poder de intervenção estruturante do ponto de vista do inconsciente. Trata-se de uma entidade simbólica que se encarregará de uma função. É a-histórico pelo fato de não estar sujeito à ação de uma história, não ao menos em seu sentido cronológico. Desse modo, o autor aponta:

A instância do Pai simbólico é antes de mais nada a referência à Lei da proibição do incesto, a qual é, portanto, prevalente sobre todas as regras concretas que legalizam as relações e trocas entre os sujeitos de uma mesma comunidade. Em consequência, é porque o Pai simbólico é apenas o depositário legal de uma lei que lhe vem de outro lugar, que nenhum Pai real pode se vangloriar de ser seu detentor ou fundador. Mas, em compensação, recai sobre ele o ter que se fazer valer de ser

seu representante (DOR, 2011, p.14)

Nota-se que, tendo o falo se deslocado ao pai, conforme afirma Dor (2011), a criança há de se deparar com a Lei do pai, já percebida ao descobrir que a mãe não está a sua disposição como antes, pois está em outro lugar, verifica então que a mãe é submetida ao desejo do pai. Assim, a criança percebe que esta mãe é faltante, logo a criança também o é, e o pai tem o falo e priva a mãe de seu desejo, o bebê, e priva o bebê de ser o objeto do desejo da mãe. A partir disso:

“Então, um significante, o Nome-do-Pai, vem como símbolo da ausência da mãe; ele é esse nome que carrega a causa da ausência, e substitui-se ao que foi o significante primeiro do desejo materno” (VANIER, 2005, p. 68).

Pelo processo de acesso ao simbólico, Lacan nos mostra que a criança irá se constituir como sujeito, pela operação da metáfora paterna e seu mecanismo correspondente, o recalque originário, o qual evidencia que ela renunciou ao objeto inaugural de seu desejo, que se tornou inconsciente para ela (DOR, 2011).

Dessa maneira, Dor (2011) salienta que, auferindo o pai como causa das ausências da mãe é que a criança realiza a passagem do “ser ao ter” o falo, agora ela entende que o pai mobiliza o desejo da mãe, associando o significante novo, Nome-do-Pai, ao falo. O pai, passou de pai real, onde não existia ainda para a criança, para pai imaginário, este se apresentando como um rival, que a faz renunciar ao objeto fundamental de seu desejo e depois passará à pai simbólico. Afirma então:

Além disso, fazendo-a advir como sujeito desejante, essa renúncia traduz explicitamente a expressão de sua própria castração. O advento do Pai simbólico como Nome-do-Pai atesta, com efeito, o reconhecimento de um Pai castrador pela criança, não apenas em razão da atribuição fálica que lhe é conferida, mas ainda pelo próprio fato de que a mãe é suposta encontrar junto a ele o objeto desejado que ela não tem (DOR, 2011, p. 51-52).

A citação acima reforça o que escreve Jerusalinsky (2014) sobre o inconsciente do bebê ser construído na relação com o Outro, uma vez que em seu exercício materno, a mãe passou pela resolução edípica, logo, o primeiro pai que contará para o bebê é aquele que está inscrito pela função paterna na própria mãe, a qual leva a fantasia de que o bebê seja a suposta completude de sua falta. Portanto, não há função materna sem referência ao Nome-do-Pai que também lhe foi inscrito e é transmitido à criança por meio do simbólico. Desta forma:

Por efeito da metáfora paterna, portanto, a mãe não é totalmente proibida à criança. Não é proibida enquanto mãe, só é proibida enquanto mulher. Isto, porque, na qualidade de mulher, de esposa, só pode desejá-la aquele homem que está investido da característica de marido, ambos se constituindo

<sup>4</sup> “Vejam as duas definições do falo: 1 - “o falo é o significante de uma falta” (em “A significação do falo”, que está (em “A Leitura Estruturalista de Freud); 2 - “o falo é o significante do desejo”, em As Formações do Inconsciente” (BLEICHMAR, 1984, p. 20).

como objeto de desejo (sexual inclusive) um do outro (NETTO, 2011, p. 111).

Assim, num primeiro momento a relação da mãe e bebê é quase de enlace, relação de completude, em que a criança deseja constituir-se enquanto falo materno, e o pai não media a relação. Somente em um segundo momento quando oscila a posição da criança entre ser ou ter o falo, o pai ocupa a dimensão imaginária, por meio do discurso da mãe é que irá aparecer e sob a forma de privação, mediando a relação mãe-criança-falo. No terceiro momento do complexo de Édipo, se dá o seu declínio, o pai intervém como aquele que tem o falo e não mais aquele que o é, marca a simbolização da lei. A criança sai da dimensão do querer ser o falo, para ter o falo, já que é a ele que o desejo da mãe se direciona (DOR, 1989).

Segundo Freud (1996 [1924]), o complexo edípico instaura a lei paterna e se dá pela ameaça de castração no menino e na menina o processo é mais simples, ela reconhece não possuir o pênis como o menino e o renuncia como forma compensatória ao desejo de ter um bebê, desejo este que permanece em seu inconsciente e a prepara para sua função posterior.

## As estruturas clínicas

### Neurose

Conforme discorrido até aqui, a assimilação do Nome-do-Pai, é imprescindível para a estruturação neurótica. Neste sentido, Freud (1996 [1913]) através do mito “Totem e Tabu” esboça que o pai da horda primeva, enquanto estava vivo, se caracterizava como temido e invejado, por ser o detentor de todas as fêmeas, único gozador. Porém, os filhos resolvem se unir devido a este anseio comum de matar o pai, mas após o assassinato, tomados por um sentimento de culpa, estabelecem uma nova ordem social, o respeito e obediência a este pai, e a proibição do incesto.

Para que haja alguma coisa que faz com que a lei seja fundada no pai, é preciso haver o assassinato do pai. As duas coisas estão estreitamente ligadas – o pai como aquele que promulga a lei é o pai morto, isto é, o símbolo do pai. O pai morto é o Nome-do-Pai, que se constrói aí sobre o conteúdo (LACAN, 1999 [1957-1958], p. 153).

Desta forma para advir como um sujeito neurótico, conforme Lacan (2014 [1961-1962]), é necessário que exista uma mãe que atenda às necessidades deste infante, lhe dando a dimensão de desejo, este pelo qual a criança é investida, em seu início é subjetivo, sendo ele, o próprio desejo materno. Dada a experiência de satisfação, irá se constituir por esta mesma via, porém é em outro lugar que terá que procurar por seu desejo. Uma vez que a mãe assume a castração presente nela, a criança poderá também perceber-se assim, castrada. Para inserir a interdição nesta relação dual, faz-se necessário a função do pai à

função materna.

Na neurose, o complexo de Édipo, diz-nos Freud, é vítima de um naufrágio, que equivale à amnésia histérica. O neurótico não se recorda do que aconteceu em sua infância – amnésia infantil, mas a estrutura edípica se presentifica no sintoma (QUINET, 1991, p. 20).

Ainda sobre a neurose, Fink (1998) esclarece que justamente o fato de a criança fracassar no desejar ser objeto e em ser objeto que supostamente completaria a falta da mãe, é que a impulsiona a tornar-se sujeito.

A lei da proibição do incesto possibilita o estabelecimento de um limite entre o natural e o cultural – define como o lugar de conflito é suscetível de ser esquecido e passível de uma saída. É, portanto, o que possibilita a constituição de uma neurose ou de uma perversão. Podemos então concluir que a Lei da castração apresenta-se para todo sujeito como condição de estrutura (HOYER, 2010, p. 29).

É somente pela aceitação da lei, na mãe e no filho, que poderá haver a constituição de uma subjetividade, sair da relação de completude imaginária com mãe, reconhecendo a falta, a castração simbólica e que nunca poderá completar o desejo dela, pois seu desejo está para além dela, seu desejo é sempre o “desejo de outra coisa” (CHECCHINATO ET AL, 1988).

### Perversão

O complexo de Édipo tem seu desenvolvimento no período infantil, iniciando-se pela noção de mãe fálica, depois o mistério da constatação da diferença dos sexos e, a partir daí a ameaça de castração, o que culminaria na questão de que o pênis não é algo comum a todos e, desta forma, pode-se perdê-lo, encontrando-se com a falta (DOR, 1991).

Logo, se há falta, a criança terá de lidar com a recusa em ser o objeto de desejo de sua mãe, fato que lhe é angustiante. Mediante esta situação que causa incômodo à criança, Freud descreve, conforme aponta Dor (1991) que caberá à criança aceitar a Lei do Pai, conformando-se com o fato de poder transgredi-la, denegá-la, como é o caso nas perversões. Outra forma é aceitá-la como obrigatoriedade, porém, por outro lado, desenvolvendo diversos tipos de sintomas, em função da perda, características dos histéricos e obsessivos.

Na perversão, aponta Dor (1991), a criança mantém a ilusão de ser o suposto objeto do desejo da mãe, pois esta a convoca, e sendo assim, percebe que nela há falta e conseqüentemente castração. Desta maneira, nega sua falta, fazendo-se objeto que pode tamponá-la. No entanto, a criança pressente a intrusão do pai, o qual, a faz se questionar sobre sua identificação fálica junto a mãe. Contudo, a mãe nada confirma para a criança sobre seu

desejo em relação ao pai. A mãe a encoraja a fazer des-caso da instância paterna, impossibilitando a simbolização da Lei do pai, ficando submetida então, à lei do desejo da mãe.

Desta forma, conforme Dor (1991), a lei do pai é desafiada, no caso da perversão. Há uma recusa em aceitar submeter-se a lei do desejo do outro, o que pode ser evidenciado pela relação que a criança mantém com sua mãe, supondo que é passível de ser o único objeto que completa sua falta e que este pai a ser simbolizado não tem o que a mãe deseja, fato que é ancorado pelo encorajamento feito pela mãe e pela complacência do pai.

O perverso imagina a mãe toda-poderosa do lado do desejo, isto é, não carente. A crença imaginária nessa mãe não-carente implica na neutralização do Pai Simbólico enquanto representante da função paterna. Consequentemente, o perverso pode continuar a sustentar o fantasma de ser o único objeto de desejo que faz a mãe gozar (DOR, 1991, p.47).

Em sua experiência clínica, Freud (1996 [1927]) relata o atendimento de alguns homens que revelaram em suas escolhas objetais o desenvolvimento do que chamou de fetiche, este seria um substituto do pênis da mulher, no caso da mãe, pois ao deparar-se com o fato de que o pênis não estava na mãe, recusou-se a aceitar sua percepção formulando a ideia de que ele estava sim, porém oculto. Substituí o pênis por outra coisa, que pode ser um nariz por exemplo, esta é a forma que encontrou para negar a castração na mãe e nele mesmo, e assim manter o objeto que outrora foi perdido, substituindo-o ou deturpando a verdade.

Na perversão, há admissão da castração no simbólico e concomitantemente uma recusa, um desmentido. Esse mecanismo, assim como os outros modos de negação, ocorre em função do sexo feminino: por um lado, há a inscrição da ausência de pênis na mulher, portanto, da diferença sexual; por outro, essa inscrição é desmentida. O retorno desse tipo de negação particular do perverso é cristalizado no fetiche, cuja determinação simbólica pode ser apreendida através de sua estrutura de linguagem (QUINET, 1991, p. 20).

Não sendo e não tendo o falo, Lacan ([1961-1961]2014) infere que o perverso é objeto ambíguo, está à disposição de um desejo que não é dele e tira o seu gozo nesta situação, identificando-se ao objeto de gozo, não importa de quem é o falo, mas importa que lhe cause o gozo.

O perverso, é apenas através de um gozo estrangeiro que ele busca o seu. A perversão é justamente isso: esse caminhar em ziguezague, esse desvio que faz com que seu eu esteja sempre, por mais que ele faça, a serviço de uma potência fálica anônima. Pouco lhe importa quem é o objeto,

bastar-lhe-á que ele seja capaz de lhe propiciar o gozo (LACAN, [1961-1961] 2014, p.286).

Neste sentido, Dor (1991) descreve que a criança vivencia a ambiguidade de ter uma mãe que se apresenta como aquela que ao mesmo tempo em que a instiga a causar-lhe gozo, é aquela que o priva, fazendo-se representante da interdição da função paterna, a seu modo. Sendo assim, a criança, neste conflito, tem a mãe como fálica e não recua frente à outras mulheres, buscando-a também na figura dos outros homens, pela via da homossexualidade (porém, isso não se aplica a todas homossexualidades).

A partir disso, Dor (1991), explica que o perverso tem consigo dois objetos fantasmáticos de mulher, a partir das quais, escolherá a que lhe couber. Uma idealizada, perfeita e, portanto, intocável e outra que se pode tratar mal, pois tão repugnante e desprezível, que dá gozo. Esta que é desejante e que se submete ao desejo do pai, lhe remete à castração, da qual deve manter-se distante, a fim de não perder o seu pênis e encontrar-se com a falta.

## Psicose

É possível assinalar que, conforme Dor (1989), no caso de forclusão do Nome-do-Pai, além de provocar o fracasso da metáfora paterna, compromete gravemente para a criança o acesso ao simbólico, permanecendo assim na relação imaginária de completude à sua mãe. Isso pode ocorrer pelo fato desta mãe não se apresentar como inscrita na lei para a criança, impossibilitando sua simbolização ou mesmo por não ter dado lugar a autoridade do pai, à sua palavra. Para Lacan, neste caso, a criança se encaminha à estrutura da psicose. Portanto, percebe-se que, as estruturas tomam um direcionamento pelo modo em que se dá resolução da inscrição da função paterna.

Na psicose, a barreira entre a mãe e a criança causada por esse nome não é erguida de uma forma suficientemente sólida. A figura do pai não consegue limitar o acesso da criança à mãe; o significante não é capaz de neutralizar o gozo da criança, e esse gozo irrompe na sua vida, dominando-a e invadindo-a (FINK, 1998, p. 99).

Para o psicótico, por não conter o registro da lei que lhe daria acesso ao simbólico, conforme Oliveira e Silva (2003) o seu Outro é o Outro absoluto para o qual se faz de objeto de uso e gozo. A autora nos remete ao caso Schreber, de Freud, em que ao ser nomeado como presidente do senado, tendo de assumir uma função que o convocava à lei, à simbolização, sua psicose aparece e seus delírios como forma de organização na realidade, amenizam seu gozo.

Segundo Fink (1991), Lacan afora que a psicose é decorrência da ausência do significante primordial, “Nome-do-Pai” e neste sentido explica que o acesso à

linguagem para uma criança neurótica se dá de modo diferente da criança psicótica, uma vez que esta, sem o referencial internalizado, responsável pela estruturação de seu universo simbólico, a deixa sem orientação em sua linguagem, assim, os demais significantes que possui, ficarão sem rumo.

Na psicose, o significante retorna no real, apontando a relação de exterioridade do sujeito com o significante, como aparece, de uma forma geral, nos distúrbios de linguagem constatáveis por qualquer clínico que se defronte com um psicótico, sendo que seu paradigma são as vozes alucinadas (FINK, 1991, p. 20).

Ainda neste sentido, Fink (1991) descreve como característica peculiar aos psicóticos a sua relação com os demais significantes, não consegue fazer distinção de suas próprias produções em relação ao que é conferido ao outro, sendo o atributo da certeza, um distúrbio da linguagem conforme mencionado. Acrescenta ainda:

Por outro lado, a forclusão do Nome-do-Pai implica a “zerificação” do significante fálico, tendo como efeito a impossibilidade de o sujeito se situar na partilha dos sexos como homem ou mulher – efeito que poderá manifestar-se em uma série de fenômenos, que vão da vivência de castração à transformação em mulher (FINK, 1991, p. 21).

Deste modo, Fink (1991), aponta que de forma alguma, em situação analítica um psicótico poderá tornar-se um neurótico. O que se pode esperar no atendimento de tais casos é uma psicose e tão somente. No entanto, após o diagnóstico elucidado, a condução do tratamento toma direção diferente, uma vez que o Nome-do-Pai e castração não são cabíveis. Além disso o autor menciona a possibilidade de acolher as demandas do psicótico.

Lacan (1999) explica a importância que o significante primordial assume na estrutura da psicose, uma vez que este estando foracluído, o sujeito buscará supri-lo e o que sucede na psicose, denominado como reação em cadeia, se organiza em função de completar isso que lhe falta, o significante Nome-do-Pai.

“A alucinação será a tentativa de constituição do recalque originário e da conseqüente falta simbólica que por ele se origina, ao passo que o delírio será a tentativa de reconstituição da realidade” (CHECCHINATO ET AL, 1988, p. 59).

Se na neurose, com o processo de recalque, as representações que são insuportáveis à consciência, passam por uma defesa e são esquecidas, só poderão emergir novamente através de uma formação de compromisso, de maneira a aparecer somente de modo distorcido, por meio dos sintomas, segundo Checchinato et al (1988), na psicose, estas representações expõem-se em forma de “inconsciente à céu aberto”.

## 4. CONCLUSÃO

Acredita-se que a pesquisa alcançou os seus propósitos visto que o objetivo geral e os específicos foram bem explorados e explicados. De toda a pesquisa, destaca-se a relação da função paterna no direcionamento que toma cada estrutura psíquica.

Em síntese, na estruturação do sujeito, se faz fundamental o modo que desempenham as funções materna, paterna e como a criança se situa nesta relação que é triangular. Não podemos desconsiderar o fato de que antes mesmo de nascer, a criança já ocupa um lugar no desejo dos pais, fato que implica na maneira em que cada um (mãe, pai, criança) se posiciona nesta história.

Aquele que exerce a função materna, frente ao nascimento do bebê, suprirá suas necessidades e o tomará como seu objeto de desejo. Aos poucos, à medida que a criança se desenvolve, não precisará mais de tanto suporte e também não mais ocupará o lugar de equivalente fálico, então a mãe, direciona seu desejo para outros lugares, que não mais exclusivamente à criança.

Inicialmente o pai apresentava-se como o pai real, que está ali presente apenas no discurso materno, depois aparece como pai imaginário, o intruso, este analogicamente comparado ao pai do mito freudiano da horda primeva, privador, castrador e único gozador e detentor do falo, para o qual o desejo da mãe se volta, separando-a da criança.

Por fim, surge o pai simbólico, ou seja, o pai morto, que não tem o falo, ainda referido ao mito freudiano, que em contrapartida, se torna ainda mais poderoso, assumindo o lugar da Lei da proibição do incesto mesmo que ele também esteja submetido à Lei, que lhe é externa e insere a criança na cultura, instaurando conseqüentemente à obediência as demais leis da sociedade.

Dado o processo de simbolização da Lei do Pai, inscreve a criança na falta e ela advém como sujeito desejante, seu desejo passará a ser o desejo do desejo do outro e não mais seguirá a lei de seu próprio desejo, (caso das perversões), estará buscando na cultura a completude, que um dia, supostamente encontrou junto a mãe, porém uma completude que é ilusória, uma vez que o seu desejo está para além, é sempre desejo de outra coisa. Carregamos a falta conosco, pois é esta que nos faz desejar, característica do sujeito neurótico, cuja defesa se dá por meio do recalque, que funda o inconsciente, tornando o aparelho psíquico dividido, conforme abordado no início deste trabalho.

No entanto, quando a função paterna não se faz presente, há a relação simbiótica, mãe-criança e esta última permanecerá como seu falo, toda submetida ao desejo do Outro, cujo mecanismo de defesa é a forclusão do significante Nome-do-Pai. Uma vez que a mãe se apresenta para a criança como fora da lei do pai, sem referência à castração, onipotente, seu desejo não é mediado pela instância paterna e resultará na estrutura psicótica, bus-

cando alívio de seu gozo, por meio do delírio e/ou alucinação.

Na perversão, ao contrário da psicose, a função paterna se revela, porém, o pai não soube se fazer valer de sua palavra, delegando à mãe, ser sua representante. A criança reconhece a presença do pai imaginário, uma vez que a mãe ao mesmo tempo que a convoca como objeto fálico, assume a função repassada pelo pai, de interdição.

Sendo assim, a criança, se defende por meio da renegação da castração na mãe que em nada confirma de seu desejo junto ao pai, então, o sujeito esforça-se por se fazer objeto de gozo da mãe e tamponar sua falta. Deste modo, desafia a Lei do pai, submetendo-se à lei do desejo da mãe, lei do gozo. O perverso, buscará burlar as demais leis, colocando-as à prova.

Diante do discorrido, infere-se que ao analista é de suma importância conhecer o processo pelo qual se estrutura o sujeito, escutar no discurso de seu analisante, o lugar que cada função parental ocupou em sua história e como ele se situa nela. Assim, poderá nortear sua compreensão e o tratamento que será desenvolvido.

## REFERÊNCIAS

- [1] BLEICHMAR, H. Introdução ao estudo das perversões: a teoria do Édipo em Freud e Lacan. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- [2] CHECCHINATO, D. Psicanálise de pais: crianças, sintoma dos pais. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2007.
- [3] CHECHINATO, D.; S, O. R.; STEFFEN, R.; S. FILHO, A. A. A clínica da psicose. Campinas, SP: Papirus, 1988.
- [4] DOR, J. Estruturas e clínica psicanalítica. Rio de Janeiro: Timbre Editores, 1991.
- [5] DOR, J. Estrutura e perversões. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.
- [6] DOR, J. Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- [7] DOR, J. O pai e sua função em psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- [8] FINK, B. O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- [9] FREUD, S. Fetichismo (1927). Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- [10] FREUD, S. A Dissolução do Completo de Édipo (1924). Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- [11] FREUD, S. Totem e Tabu (1913). Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- [12] FREUD, S. O Ego e o Id (1923). Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- [13] FREUD, S. O Inconsciente (1915). Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- [14] HOYER, C. A função paterna na instituição: do individual ao coletivo. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- [15] JERUSALINSKY, J. A criação da criança: brincar, gozo e fala entre a mãe e o bebê. Salvador, BA: Ágalma, 2014.
- [16] JERUSALINSKY, J. Enquanto o futuro não vem: a psicanálise na clínica interdisciplinar com bebês. Salvador, BA: Ágalma, 2002.
- [17] KAUARK, F; MANHÃES, F Castro; MEDEIROS, C. H. Metodologia da pesquisa: guia prático. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.
- [18] LACAN, J. A Identificação – Seminário 09 (1961-1962). Recife, Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2014.
- [19] LACAN, J. A lógica do fantasma – Seminário 14 (1966-1967). Recife, Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2008.
- [20] LACAN, J. O seminário, livro 5: as formações do inconsciente (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- [21] LAZNIK, M.C. A voz da sereia: O autismo e os impasses na constituição do sujeito. Salvador: Ágalma, 2004.
- [22] LEBRUN, J. P. As cores do incesto. Recife: Libertas, 2011.
- [23] MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas, 2003.
- [24] NETTO, G. A. F. Doze lições sobre Freud & Lacan. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.
- [25] OLIVEIRA E SILVA, A. M. Inventar-se analista. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- [26] QUINET, A. As 4 +1 condições da análise. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- [27] ROUDINESCO, E.; PLON, M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- [28] ROZA, L.A. G. Freud e o inconsciente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- [29] VANIER, A. Lacan. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.